



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1798537 - RJ (2019/0049407-4)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
RECORRENTE : NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO
REPR. POR : PEDRO PAULO PEREIRA MOTA - LIQUIDANTE
ADVOGADOS : BRUNO SILVA NAVEGA E OUTRO(S) - RJ118948
ALEXANDRE DA SILVA FARIA CAMPOS - RJ198928
RECORRIDO : GIANPAULO LANGONI
RECORRIDO : VERA LUCIA LANGONI
ADVOGADOS : FELIPE JESUS DA SILVA DE MATOS - RJ162070
DAVID RODRIGUES CAMPANTE - RJ174614
FULVIO BRONZO BITTENCOURT E OUTRO(S) - RJ151327
ALICE REGINA CRUZ DE SOUZA - RJ179287
INTERES. : VIACAO RIODOCE LTDA
ADVOGADOS : JÚLIO EYMARD LOPES E OUTRO(S) - MG084968
JOSÉ BERTRAM DUTRA ERNESTO JÚNIOR - MG121875

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. SEGURADORA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. PROCESSO DE CONHECIMENTO. POSSIBILIDADE.

1. Ação de indenização por danos materiais e compensação por danos morais.
2. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
3. A decretação de liquidação extrajudicial não impede a incidência de correção monetária e juros de mora sobre a condenação imposta durante o processo de conhecimento.
4. Recurso especial desprovido.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A - EM LIQUIDACAO, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 06/07/2018.

Concluso ao gabinete em: 27/02/2019.

Ação: compensação por danos morais e indenização por danos materiais, decorrente de acidente de trânsito, ajuizada pelos recorridos. Alegou-se, em suma, que, em 10/01/2013, o primeiro recorrido dirigia veículo da segunda recorrida quando, ao realizar uma conversão, foi abalroado pelo veículo segurado pela recorrente.

Sentença: julgou a ação procedente.

Acórdão: negou provimento à apelação da recorrente, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COLISÃO ENTRE VEÍCULO PARTICULAR E COLETIVO. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE. SENTENÇA QUE JULGA PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A DENÚNCIADA A RESSARCIR A EMPRESA DE ÔNIBUS, CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. APELAÇÃO APENAS DA SEGURADORA, ORA DENÚNCIADA. ALEGAÇÃO DE QUE A DECRETAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL PRODUZ O EFEITO DE SUSPENDER AS AÇÕES E EXECUÇÕES INICIADAS SOBRE DIREITOS E INTERESSES RELATIVOS AO ACERVO DA ENTIDADE LIQUIDANDA, A TEOR DO ARTIGO 18 DA LEI Nº 6.024/74. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DE SER INCABÍVEL TAL MEDIDA NA FASE DE CONHECIMENTO. NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. PROCESSO DE CONHECIMENTO QUE NÃO ALCANÇA O ACERVO DA MASSA LIQUIDANDA. PRECEDENTES DO STJ E DO TJRJ. DISCUSSÃO NO MÉRITO QUE IMPUGNA OS VALORES DOS DANOS MATERIAIS E MORAIS. APRESENTAÇÃO DE ORÇAMENTOS QUE CONDIZEM COM A DESCRIÇÃO DO DANOS. CONDUTA IRREGULAR DO PREPOSTO DA RÉ. DESNECESSIDADE DE OUTRAS PROVAS. PARTE AUTORA QUE LOGROU COMPROVAR O FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, NA FORMA DO ART. 373, I, DO CPC/2015. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL CORRETAMENTE FIXADA. DESPROVIMENTO DO RECURSO (e-STJ, fls. 534-35)

Embargos de Declaração: opostos pela recorrente, foram acolhidos para sanar erro material, a fim de que fosse decotado do acórdão embargado o exame da matéria atinente ao dano moral, posto que não fora objeto do apelo.

Recurso especial: sustenta violação dos artigos 1.022 c/c 489, § 1º, IV, do CPC, além do artigo 18, "d" e "f", da Lei 6.024/74, sob o fundamento de que:

(a) não obstante a oposição de embargos de declaração, o Tribunal de origem teria deixado de examinar a questão atinente à suspensão dos juros e correção monetária, haja vista a decretação de liquidação extrajudicial da recorrente;

(b) o Tribunal de origem, apesar de ter reconhecido que a recorrente

está em regime de liquidação extrajudicial, deixou de aplicar um de seus efeitos, mantendo a decisão que determinou a incidência de juros e correção monetária.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da violação ao artigo 1.022 do CPC.

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca do suposto tema omissis, tendo consignado, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, que "o acórdão apreciou os argumentos do ora embargante sob o ponto de vista da impossibilidade da suspensão do processo, para, então, rejeitar sua tese de suspensão de fluência dos juros e correção monetária, até resolvido o pagamento dos credores" (e-STJ, fl. 608), de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte recorrente, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/15, incidindo, quanto ao ponto a Súmula 568/STJ.

- Da Súmula 568/STJ

Com efeito, ao revés do firmado nas alegações da recorrente, a conclusão constante no acórdão proferido na origem está em consonância com este Superior Tribunal de Justiça, o qual se posiciona no sentido de que a decretação de liquidação extrajudicial não impede a incidência de correção monetária e juros de mora sobre a condenação imposta durante o processo de conhecimento.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1665691/SE, TERCEIRA TURMA, DJe 30/08/2019 e AgInt no REsp 1769419/PR, QUARTA TURMA, DJe

28/06/2019)

Forte nessas razões, com fundamento no art. 932, IV, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO do recurso especial e NEGO-LHE PROVIMENTO.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora